

Carlos Alberto Woldemar Kurkineva

-A PROBLEMÁTICA DA TRANSFORMAÇÃO-

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a Orientação da Professora Maria da Conceição Tavares.

Campinas, setembro de 1977

À

Fernanda Costa K.

Rodrigo

Luis e Teresa

À meus amigos

Para meus pais

e

Arne Enge e Isa Horta Barbosa Enge

Este trabalho a um par de tempo vem sendo matutado - menos academicamente e, mais nas noites de Santiago com José Luís Fiori que, desde logo é co-autor - matutado o chamado problema da transformação, cuja dificuldade sempre esteve na compreensão conceitual do trabalho produtor de mercadorias. Trabalho que não é imediatamente trabalho produtor posto que a mercadoria não é imediatamente produto.

O debate da transformação na sua feitura - assim chamando - clássica restringiu-se na descoberta de métodos que en contrassem a passagem lúcida de valores a preços de produção, pois que de uns a outros na passagem aritmética, rompem-se as condições de equilíbrio. Rompimento que atazanou, pelo menos 80 anos, os economistas não-marxistas, principalmente após os dois artigos Bortkiewicz, o primeiro dos quais apresentando o que seria uma correção a Marx.

O problema apresentou-se com outra claridade principalmente após a publicação da obra de Sraffa. Lá, se não demonstra, aparece claro que a procura da invariância perdida pe los caminhos da transformação clássica seria debalde. Certo, antes disso Setton colocou o problema em sua máxima generalida de embora não tenha tirado partido, naquele então, das consequências teóricas a que seu artigo levava. Somente alguns anos com a Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias se mostra clara a incompatibilidade entre trabalho produtor e em circulação como medida de valor: a invariância buscada era inencontrável, pois ambos trabalhos como medida de valor tem condições de equilíbrio distintas e não redutíveis em sua totalida

de embora condições parciais de invariabilidade possam ser postuladas, tantas quantos forem os departamentos e a decomposição do valor em partes de custo e lucro.

Após a obra de Piero Sraffa surgiu uma série de trabalhos que procuravam "marxizar-lo" a partir do que seria uma correção de sua formulação no mesmo sentido, decorre, que Marx haveria corrigido Ricardo. Marx decepçiona-se com Ricardo por não ter tido uma teoria da mais valia; estes outros, neo-marxistas, decepçionam-se com Sraffa por não ter calculado a taxa de lucro sobre todo o capital mas somente sobre o capital constante. Pode-se isso dizer, embora seja irrelevante; importa que, corrigido ou não, não se consegue escapar da dimensão teórica que suas equações expressam. Sraffa é o maior dos post-ricardianos; da mesma forma que Marx não decorre logicamente de Ricardo, dele não surgirá o post-Marx.

É isto o que se pretende mostrar.

Não fosse a insistência de Belluzzo - que, com Ana, dera-me casa e comida, chá e simpatia,... e discussão-, é mais que provável, não haveria saído. Também Alonso, Paulo, Liana, Luciano, Sonia, amiga velha e amorável, e Lima, que fizera-me entender conceitos aos quais não entendia - que fez-me ler o que Belluzzo dizia em seu trabalho de forma correta - , agradeço.

À Conceição, carinho e inteligência, que ajudou-me a sair do pântano teórico em que me encontrava à feitura, também.

Se estou no que estou foi pela amizade de Leoncio e Araci Martins Rodrigues.

A PROBLEMÁTICA DA TRANSFORMAÇÃO

1. "É um fato curioso que, em quase 80 anos a contar da publicação do volume II d'O CAPITAL, o problema da transformação nunca foi satisfatoriamente resolvido" (1). Afora o de Marx - se de fato pode-se incluí-lo como iniciador de um debate que lhe sobreviveu - a esta altura da crítica à problemática (valor, preços, lucros, etc) do pensamento econômico, estão cristalizados uns cinco métodos de transformação (2) de valores em preços de produção que, com exceção dos artigos primeiros de Bortkiewicz contra Marx, procuram, todos, encontrar a consistência lógica e teórica, analítica e conceitual da passagem do plusvalor a lucro, dos valores aos preços.

E, ao se aproximarem, nisto deíferem: que regras ou axiomas não que ser estabelecidas - baixo a autoridade de Marx, descoberta aqui e acolá em seus textos - de modo que métodos que são arbitrários na construção (e por isso mesmo são métodos de transformação) tornem-se substantivos na determinação da taxa de lucro, o que é o mesmo, na redistribuição do excedente gerado numa proporção invariante frente aos capitais avançados e envolvidos na produção. Noutras palavras, preço de produção difere de valor na medida em que aquele conceito refere-se a uma sociedade cujo modo de produzir supõe as mercadorias (ou produtos) como uma plétora de plusvalores: "o conteúdo objetivo deste processo de circulação - a valorização do valor - é seu fim subjetivo, e (o produtor) somente atua como capitalista (...) na medida em que suas operações não têm outro motivo propulsor que a apropriação progressiva

da riqueza abstrata (3); e ao divergirem ambos conceitos surge a questão da determinação da grandeza e natureza desta diferença (4).

Portanto, ab initio coloca-se a questão do lucro como chave para o entendimento do movimento de uma sociedade que a¹ite, m seu dado diferenciador e permanente. Não se trata, contudo, de recuperar a equação de valor do ponto de vista de seus componentes, pois se ¹este for o problema, estaria, ainda em aberto determinação do valor desses componentes, entre os quais o lucro; ¹equação do preço (ou valor), tal qual

$$C = L + G + w$$

ou seja, o preço das mercadorias compondo-se dos custos dos materiais, do custo da mão-de-obra e de lucro deixa em aberto ou aqueles preços ou o lucro ou mesmo o nível de salários; mesmo que se aceite a determinação do preço por um mecanismo de oferta e demanda, o lucro, ou seja a capacidade de acumulação ou de criação de um excedente, está indeterminado na medida em que o salário - tantas unidades de uma mercadoria por homem/hora - encontra-se indeterminado. Tampouco, trata-se de encontrar uma mercadoria que meça custos e preços, pois para cada uma há um lucro e uma taxa correspondente.

2. A problemática da transformação - como também a da formação de preços é, como veremos, uma problemática lógica, não conceitual: e ao ser lógica impõem os métodos vários, aos conceitos formalizados determinações e movimentos que, ao fim e ao cabo, lhes são estranhos; movem-se e quantificam-se ao sabor dos vários métodos; isto é, em virtude do movi

mento equacional é que surge sua determinação - sua compreensão teórica - enquanto conceito. Mais precisamente, o conceito de equilíbrio torna-se a essencialidade básica para se chegar ao conceito de lucro e de preço.

O fiel de uma balança encontra-se em equilíbrio quando deixa-se de jogar nos pratos os pêsos que a movimentam (5). Analogamente um sistema de produção encontra-se em equilíbrio quando cada setor, cada indústria, tem condições de realizar seu produto e obter os demais que necessita. Tal é o postulado básico que une, como diferencia, escolas diversas como neo-classicos e neo-ricardianos. Seja a caixa de Edgeworth ou a matriz de coeficientes técnicos pressupõe, antes de explicar, a realização do produto para determinar ou a margem de lucro ou sua taxa sobre o capital. Por isso mesmo todos os métodos de transformação partem da reprodução para encontrar um sistema de ponderadores que recomponham valores em preços de produção ou a taxa de plusvalia em taxa de lucros. Por que a reprodução simples? É porque assim o equilíbrio pode ser postulado e escrito em forma patente, sem necessidade de se ter de lançar mão de hipóteses externas ao próprio esquema de reprodução; pois na reprodução ampliada ao não coincidir a produção setorial com os gastos globais é necessário lançar-se mão de hipóteses estranhas à formalidade dos esquemas de reprodução para que, formalmente, a reprodução se efetue em sua plenitude. Mas há um erro inicial e primordial ao se postular a reprodução simples pelo equilíbrio entre produção e gastos pois tal condição seria, falando matematicamente, sua suficiência; o que lhe dá seu caráter específico, sua

condição necessária é a acumulação nula, hipótese também ex
terna ao esquema algébrico da reprodução simples.

3. E por que o equilíbrio? Se o intercâmbio tem como função mais abstrata a realização do valor (ou do preço) que lhes é inerente, não decorre que, para o entendimento deste intercâmbio, há de se postular sua plena e constante efetivação. O fato de que duas mercadorias ou o seu conjunto, produzidas por um sistema mercantil se igualem - portanto, se intercambiem - não nos dá a condição de entendimento da razão desta igualação, nem muito menos o nível a que se igualam. Equivalenciam-se porque são produtos do trabalho humano abs
trato, mas não se intercambiam porque cristalizam a mesma quantidade de trabalho abstrato. Por outro lado o tempo de trabalho dispendido na produção está dado de antemão, independentemente da troca como também a necessidade de outros pro
dutos por um setor supõe uma determinada produtividade do traba
lho, dos demais, de modo que tal demanda seja satisfeita.

O equilíbrio das trocas supõe, então, o balanço dos ma
teriais envolvidos na produção como também o balanço do tem
po total do trabalho dispendido, mas a inversa não se cumpre: vale dizer, a troca, como mecanismo de distribuição dos pro
dutos e dos trabalhos entre os setores não garante o equilíbr
io o que pode ser um estado alcançável, alheio ao entendimento do fenômeno da troca. Sua fenomenologia capta a exis
tência da mercadoria, a existência de produtores independen
tes, a equivalência possível que entre elas existe, e o papel atribuído a cada uma delas no intercâmbio; contudo, não des

cobre e muito menos pode impor a constante realização das vendas ou das compras. Uma vez trocadas é peregrino dizer que se intercambiaram ou que alcançaram o mesmo preço.

4. Bortkiewickz nos diz que: "valor não pode ter outro significado diferente daquele de uma magnitude que indica quantas unidades de bem servindo como medida de valor são obtidas na troca por uma mercadoria ou por uma unidade desta mercadoria. Neste contexto, valor é meramente um índice de relação de troca (6). Como se vê, refere-se esta noção de valor à relação quantitativa que mantém entre si as mercadorias, sem postular as condições de produção que as levam a indexarem-se a determinado nível. Em outros termos, como na igualdade de troca uma mercadoria, ou seja um valor de uso, serve para expressar o valor de outra (7) nada indica pela simples análise da equalização de ambas o por que do estabelecimento de determinado índice quantitativo e não outro. Não há dúvida que se tomarmos tal definição pelas letras que usa, Bortkiewickz estaria-nos dizendo uma simples platitude; com efeito, aceitando que a análise do valor de uma mercadoria deva terminar na descoberta da relação quantitativa que as une é necessário perguntar-se como se estabelece tal índice de troca. Como o intercâmbio é a entrega de produtos desnecessários a uns produtores, por outros que serão utilizados para consumo ou de produção de outros, as razões de trocas - cuja aleatoriedade pode ser suposta somente como accidental - são e devem ser estabelecidas de modo que cada um, cada produtor, obtenha dos produtos em circulação as quantidades exatamente

necessárias para que a reprodução se efetue, seja a escala crescente ou constante.

Desta forma podemos dizer que a definição que Bortkiewicz nos brinda mostra a troca já realizada ou, em outros termos, postula ex-ante a condição de equilíbrio, qual axioma evidente por si mesmo, porquanto a quantidade de trabalho gasta na produção será relativizada de modo que o intercâmbio das mercadorias - já dado - relaciona-se a um intercâmbio de trabalho também suposto. Porém na equação de troca o trabalho em sua generalidade (abstrato) expressa-se pelo trabalho efetivo (concreto) que produziu a mercadoria equivalencial (8); mas, se este no seu modo de fazer os objetos de uso, pode ser considerado como dado, o trabalho abstrato, ao contrário, encontra-se absolutamente indeterminado. De fato, à medida em que progride a produção mercantil cada produtor independente lança à circulação mercadorias, sobre as quais pode ter controle como produtor, muito embora não o tenha ao nível da socialidade que o trabalho abstrato supõe. Por outro lado, mesmo supondo as trocas em sua contingência máxima, o fato de que sejam intercambiadas as mercadorias abaixo, acima ou mesmo ao nível do trabalho socialmente necessário para produzi-las, cristaliza-se, pela redução do trabalho social ao trabalho privado equivalencial (9), a capacidade de reprodução de cada setor (produtor) independente; em outros termos: "as diversas esferas de produção procuram manter-se constantemente em equilíbrio, no sentido de que, de uma parte, cada produtor de mercadorias tem que produzir um valor de uso e, portanto, satisfazer determinada necessidade social, e,

como o volume destas necessidades varia quantitativamente, há um certo nexu interno que articula as diversas massas de necessidades, formando com elas um sistema primitivo e natural; de outra parte, a lei do valor se encarrega de determinar parte do volume global de tempo de trabalho disponível que a sociedade pode destinar à produção de cada classe de mercadorias (10).

Dado um montante de excedente físico, o volume global de produtos (a riqueza da sociedade) determina-se pelos requerimentos técnicos de cada setor e os preços relativos (ou valores) nada mais são do que uma forma distinta de expressar estas quantidades finais relativamente umas às outras; contudo, os produtos ao se apresentarem como mercadorias, como valores, rompen-se a determinação quantitativa imediata, a determinação pela triangulação das trocas, pois transfiguram-se, os produtos, em valores determinados socialmente, porém apropriados individualmente. A equação de troca não nos leva por sua postulação equivalencial às quantidades necessárias, a todos os proprietários privados. Se tal ocorre é ou por contingências que o possível explica ou por determinações que estão além da simples intercambialidade dos produtos; o homem necessita respirar (11), porém decorre da intercambialidade que os produtos sejam trocados exatamente na proporção necessárias para atender a reprodução das necessidades dos produtores independentes.

Desta forma, tal definição de valor (= valor relativo) que Bortkiewickz se atém leva a ver a troca como um mero mecanismo que permite a passagem das mercadorias de umas mãos

a outras. A equação de troca nos revela que

$$Q_A \cdot P_{A,B} = Q_B$$

isto é, o preço de A em relação a B iguala as quantidades intercambiadas. Contudo, revela esta igualdade, um grau de liberdade, infinito em sua capacidade de variação. Neste sentido é que a hipótese de equilíbrio surge como uma solução ad hoc da determinação dos preços relativos. A interdependência dos diversos produtores é um dado técnico que não supera o fato de se apresentarem como proprietários individuais cujas necessidades não se explicitam nesta relação de intercâmbialidade.

5. Uma primeira questão nos é posta pela igualdade das mercadorias anteriormente dada: com efeito, se se descarta a discussão da natureza desta igualdade é necessário discutir ou estabelecer o nível^o que se situa a proporcionalidade, das trocas ou, em outros termos, o nível em que se situa o preço relativo de uma mercadoria em termos de outra privilegiada na análise. Bortkiewickz tem razão quando nos informa que o valor/relativo dos diferentes bens mantêm a mesma proporção, uns em relação aos outros, que seus valores absolutos, e esta proporcionalidade (...) vale para qualquer medida de valor/relativo^o (12). Erra, contudo Bortkiewickz ao supor que existe alguma medida de valor relativo ãdemais da quela dada, pela razão das quantidades intercambiadas das diversas mercadorias; o que se coloca como questão teórica imediata é nível daquela igualdade mas não sua medida, porquan outra não poderia ser que seu próprio nível. Acerta Bortikie

quando vê que, para o estabelecimento da equação do preço relativo, é necessário estabelecer uma igualdade anterior à equação da troca, ou seja um valor - em seus termos, absolutos.

"Intercâmbio é um fenômeno generalizado (...) as coisas úteis limitadas em quantidade são valoráveis ou intercambiáveis. Uma vez que todas as coisas que podem ser apropriadas, (...), o foram, mantêm-se em certa relação umas às outras, uma relação que surge do fato que cada coisa escassa - ademais de sua específica utilidade - adquire uma propriedade especial, a saber, de que são intercambiáveis por qualquer outra coisa escassa a tal ou qual proporção determinada" (13). Esta, a escassez, seria uma "medida do valor relativo", isto é, as quantidades que entram para construir a proporção que define o preço relativo entram porque são limitadas em sua quantidade: "na economia política, não importa quão abundante uma coisa possa ser, são escassos sempre e quando sejam úteis e limitados em quantidade" (14). Limitados, a que? Ou à capacidade de consumo ou à capacidade em produzi-los; esta capacidade é de fato limitada pela capacidade da força de trabalho manusear meios de produção e objetos de trabalho para criar seus produtos - enfim, limita-se por sua potência ou, melhor, pela produtividade de seu trabalho. Aquela, a capacidade de consumo, pela capacidade fisiológica ou estética de absorção de produtos em escala crescente; não importa se as capacidades de consumo possa ser postulada como ilimitada: os objetos multiplicam-se e reproduzem-se na justa medida da capacidade de produzi-los e reproduzi-los.

Se alguns produtos - nos leciona Walras - são sumamen

te desejados valem muito; se parcamente pouco valem. Valem o que? Responde-nos: "um hectolitro de trigo vale 24 francos; observamos, então, que este fenômeno é matemático em caráter (...). Sendo tomado o hectolitro como a unidade quantitativa de medida para o trigo e o grama como a unidade quantitativa para a prata, podemos dizer que de modo mais preciso que, se cinco hectolitros de trigo são trocados por 600 gramas de prata, "o valor de troca de 5 hectolitros de trigo iguala o valor de troca de 600 gramas de prata" (15). Em termos gerais, como duas grandezas distintas não se igualam mas sim se proportionalizam haverá de existir um termo de transformação de uma em outra; ou seja, podemos escrever que

$$Q_t \times X = Q_p$$

O X do problema está que esta equação, na sua pura taquigra^fia, é um simplismo que não avança e não resolve o problema da igualação de ambas quantidades; se 5 hectolitros de trigo equivalem a 600 gramas de prata, X será 120, ou seja, prata e trigo intercambiam-se na proporção de 120 a um. Como as quantidades que entram na equação equivalencial já estão dadas de antemão - pelo desejo - a relação de troca nada mais é que uma simples ... razão.

Por outro lado, pudemos escrevê-la pois o trigo vale um tanto de prata; mas também é verdade que a prata vale um tanto de trigo - isto é, se a quantidade de trigo transforma-se em prata também esta transformar-se-á naquela. Portanto, é perfeitamente legal escrever, alternativamente, que

$$Q_t \times X = Q_p \times Y$$

Contudo, a regra de três exige, para que o quarto termo, aqui, esteja determinado e necessário fixar-se de antemão três ou tros. As quantidades intercambiadas estão pré-fixadas; fa~~z~~endo, então,

$$y = z \cdot \frac{x^*}{x}$$

resolve-se X^* . Salva-se a locução e perde-se a compreensão, pois

$$x = \frac{x^*}{y}$$

isto é, quebra-se uma grandeza dada na razão de outras duas, mudando-se a magnitude de uma delas.

Eis o quiproquô: "(...) a mercadoria não tem valor nem magnitude de valor fora da expressão que assume na relação de troca ou, o que é o mesmo, nos boletins diários de cotização de preços" (16). Para se chegar, daqui, ao valor relativo de uma mercadoria em termos de quaisquer outras (preço para Walras) o procedimento é bastante simples. Com efeito, é um problema de compreensão matemática, "definimos preço em geral como a razão entre valores de troca" (17). Logo, surge que

$$x = \frac{y}{z}$$

ou seja, a razão entre as quantidades intercambiadas, da mesma forma que o valor de troca (a relação das mercadorias com o dinheiro) nada mais é que a razão das mercadorias com uma privilegiada, o dinheiro - uma forma social de medir-se uma quantidade de ouro, prata, ou qualquer outra mercadoria "valiosa". Conclui-se desta análise que "preços (...) são iguais à razão inversa entre as mercadorias intercambiadas"; única conclusão a chegar-se quando o problema é de ordem essencialmente matemática.

6. Evidentemente não será este o caminho para descobrir o valor (absoluto) de uma mercadoria que Bortkiewiczz pretende, embora, para Wl̄aras, preço é, também, tão somente um "Índice da relação de troca".

A produção de mercadoria supõe o envolvimento de uma certa quantidade de trabalho (homens/hora) gasta e desgastada no processo produtivo. Na medida em que a base social da produção mercantil se amplia, vale dizer, na medida em que cada produtor individual dependa dos demais (do mercado) para a produção dos produtos necessários à sua produção e à sua subsistência amplia-se, tautologicamente dizendo, a necessidade da troca que, é necessário não confundir, não se reduz à transferência de produtos conligados dentro de um mesmo processo produtivo; aí a transferência - que é unilateral ou mesmo intercruzada - se dá ou se cristaliza dentro de determinados parâmetros fixados, para se usar do jargão, exogenamente ao sistema social de produção. Este também poderá ser visto abstratamente como uma unidade produtiva: os produtos finais serão necessitados por cada setor "departamentalizado" de acôrdo com a tecnologia descritiva que se tenha deste setor; descreve-se desta forma as quantidades relativas necessárias de uns e de outros setores. Como, sem polemizar a respeito de sua determinação, os preços são as razões inversas das quantidades trocadas - transferidas - tendo-se a matriz de coeficientes técnicos estão dados, por um simples cálculo, os preços relativos de equilíbrio como as quantidades relativas de equilíbrio.

Portanto, não importa que a produção social seja vista,

ou mesmo seja de fato, como um conjunto comunicante e solidário de produtos; apesar disto, as mercadorias circulam sempre que seja de espontânea vontade de seus proprietários. O que faz as mercadorias diferirem conceitualmente dos produtos que lhes são base é o fato de serem objetos de apropriação de "trabalhos privados independentes"

7. Continuemos com Bortkiewickz então. Como frizamos seu valor (relativo) é um índice de troca ou uma relação de valores (absolutos). As mercadorias em primeira instância, é uma abstração possível, são produzidas e contêm tão somente trabalho humano; isto é, ao serem produtos do trabalho que as coleta e ao não incorporarem algum outro produto pelo seu desgaste ou transformação, seja química ou física, seu valor será igual ou proporcional ao trabalho que as gerou. A dificuldade está em que os trabalhos produtores diferem-se em sua distinta potência. "Ao ^{VALOR} ~~factor~~ de trabalho como base de todo valor e da quantidade relativa de trabalho como determinante quase exclusivo do valor relativo dos bens, não deve supor-se que (se passa) por alto das distintas qualidades de trabalho nem das dificuldades que surgem ao comparar o trabalho de uma hora ou de um dia, em uma ocupação, com a mesma duração do trabalho em outra. (...) Embora seja o trabalho medida real do valor de troca de todos os bens geralmente não é a medida pela qual se estima esse valor. (18)

O valor de um produto (W_i) decompõe-se nos gastos ã sua produção; na medida em que concorra somente trabalho para a produção dos produtos estes gastos referem-se somente

aos trabalhos que os criaram (L_i). Decorre, então, que

$$w_i = L_i$$

ou, como o valor do produto total é dado pelo montante produzido multiplicado por seu preço

$$Q_i p_i = L_i$$

donde

$$p_i = \frac{L_i}{Q_i}$$

isto é o preço de uma mercadoria seria dado pela quantidade unitária de trabalho que a produziu, e essa seria, também, a medida do valor absoluto de uma mercadoria. Por outro lado a razão de preços nos daria os preços relativos de uma mercadoria tomada como numerário - unidade de conta; isto é

$$p_{i,x} = \frac{L_i}{L_x}$$

portanto

$$Q_i p_{i,x} = \lambda_i Q_x$$

donde

$$p_{i,x} = \lambda_i \frac{Q_x}{Q_i}$$

Em outros termos, as quantidades produzidas estariam na mesma proporção que os trabalhos unitários que as produziram. Destas últimas igualdades decorre facilmente que

$$L = \lambda L_x$$

se igualam as quantidades totais de trabalhos.

8. Esta concepção dos valores é, por assim dizer, o fulcro inicial da teoria quantitativa da moeda, a mercadoria tomada como unidade de conta: na medida em que sobe sua quantidade e circulação, ceteris paribus, aumentarão os preços (relativos) de todas as mercadorias. "se se necessitasse uma

maior quantidade de chapéus, por exemplo, seu preço subiria e se daria mais ouro por eles. Se se necessitasse mais ouro este aumentaria de valor e baixariam os preços dos chapéus (...). O uso extensivo que agora se está dando ao papel moeda não altera a questão posto que se conforma, ou se deveria conformar, ao valor do ouro e por tal motivo, seu valor resulta, influenciado pelas mesmas causas que influem sobre o valor deste metal" (19).

Qual é, então, o valor do ouro ou do dinheiro? O tempo de trabalho necessário a produzi-lo. Qual é, outra questão, o valor da massa de mercadorias que não o dinheiro lançadas à circulação? O tempo de trabalho socialmente necessário não é porquanto não está determinada de antemão, fora da circulação, as quantidades que se igualizam ao tempo de trabalho produtor da mercadoria-dinheiro; em outros termos, não está determinada de antemão as quantidades destas mercadorias que são lançadas à circulação de modo que, via preços, se igualizem à massa monetária existente. Esta "distinção se faz possível em virtude da forma em que Ricardo trata do dinheiro, pois o considera como qualquer outro bem (20). Eis o nó da questão: "o produto da terra (...) se reparte entre as três classes da comunidade ... (21), isto é, os preços expressam as condições necessárias para a repartição do produto entre os participantes da sociedade produtora.

Desta forma, deverá o valor do produto expressar a repartição dos produtos entre os diversos setores produtivos, na medida em que o produto surge somente do trabalho e é por ele apropriado; ou seja, a equação do valor anteriormente ta

quigrafada também poderá ser escrita na forma

$$\sum_j \theta_{ij} p_j = Q_i p_i = L_i$$

onde o somatório indica a distribuição dos produtos dos vários setores j no setor i . Porém como

$$p_i = p_r \cdot p_{i,r}$$

podemos escrever que

$$\sum_j \theta_{ij} p_{j,r} = Q_i p_{i,r}$$

ou seja, o valor do produto em termos relativos iguala também a distribuição dos produtos j no setor i . Também em virtude de que

$$p_i = e_i$$

podemos escrever que

$$\sum_j \theta_{ij} Q_j^{-1} L_j = L_i$$

onde

$$\theta_{ij} Q_j^{-1} = b_{ij}$$

os coeficientes de distribuição do trabalho total (ou do produto total) entre os setores. Logo

$$\sum_j b_{ij} L_j = L_i$$

9. Estas três equações - a dos preços absolutos, a dos preços relativos, e a dos trabalhos envolvidos na produção - são equivalentes. De fato, reescrevendo as equações anteriores em forma matricial, para se ter uma maior limpidez notacional teremos

$$\langle I_{uru} - A_{uru} \rangle p_{ur} = \phi$$

$$\langle I_{uru} - A_{uru} \rangle p_{ur}^r = \phi$$

$$\langle I_{uru} - B_{uru} \rangle L_{ur} = \phi$$

onde $A_{n \times n}$ indica a matriz de coeficientes técnicos e p_{ur}^r $n \times 1$

o vetor de preços relativos e os demais símbolos reproduzem em termos matriciais aqueles anteriormente indicados escalarmente. Primeiramente, estas equações nos dizem que a quantidade total do trabalho distribuído entre os setores iguala o seu montante atual pois

$$\sum_{uvu} \beta_{uvu} L_{uvu} = L$$

Ademais, as diferenças existentes entre a equação dos preços absolutos e dos preços relativos darão resultado idêntico pois diferem apenas formalmente, donde os preços absolutos na da mais serão obtidos da equação de preços relativos tomando uma mercadoria, fora da razão de preços, para determinar os seus níveis. Como os preços relativos são uma razão entre dois preços, os preços absolutos serão dados pela proporcionalidade que existe entre os preços das mercadorias e aquele da mercadoria tomada como numerário. Ao variar o preço do numerário, a quantidade unitária de trabalho produtor do numerário, modificar-se-ão numa proporção determinada pelos coeficientes técnicos de produção os preços absolutos de todas as mercadorias, não obstante a constância dos preços relativos, que só se modificarão com a mudança técnica produtiva em ao menos um setor produtor.

Surge uma questão: na equação anterior do valor do produto ($W_1 = L_1$) não impôs nenhuma restrição à quantidade de trabalho envolvida na produção na série de setores existentes em um sistema produtivo; e ao fim chegamos que esta quantidade de trabalhos setoriais são solidárias umas com as outras, vale dizer, fixado o montante de trabalho da mercadoria-numerário determinan-se as demais. A solução desta apa

rente contradição pode ser construída facilmente. De fato, neste caso

$$\bar{I}_{1,u} B_{u,u} L_{u,u} \neq L$$

onde a igualdade pode ser recuperada escrevendo-se

$$(1+R) \bar{I}_{1,u} B_{u,u} L_{u,u} = L$$

Como neste caso

$$\bar{I}_{1,u} B_{u,u} \neq \bar{I}_{1,u}$$

então poderemos escrever que

$$\hat{L} (1+R) = L$$

isto é, o trabalho distribuído difere do trabalho atual, produtora. Desta igualdade surge que

$$R = \frac{L - \hat{L}}{\hat{L}}$$

e que

$$\hat{L} + (L - \hat{L}) = L$$

ou

$$\hat{L} + \tilde{L} = L$$

isto é, o trabalho distribuído (\hat{L}) somado ao trabalho excedente (\tilde{L}) resulta no trabalho atual (L).

Isto quanto ao sistema produtor como um todo; em relação a cada setor se supormos cada um deles produzindo um trabalho excedente na mesma proporção que o sistema (uma hipótese possível (22)) poderemos escrever que

$$B_{u,u} L_{u,u} (1+R) = L_{u,u}$$

onde

$$\bar{I}_{1,u} B_{u,u} L_{u,u} = \hat{L}$$

teremos em virtude das identidade já estabelecidas que

$$O_{u,u} P_{u,u} (1+R) = O_{u,u} P_{u,u} = L_{u,u}$$

e, deste modo os preços relativos ou absolutos estarão determinados por este excedente surgido em virtude da nova potencialidade dos métodos produtivos pois

$$(Q_{u+u} - \Theta_{u+u}) P_{u+u} = R \Theta_{u+u} P_{u+u}$$

ou, multiplicando ambos os membros por $I_{1 \times n}$ que conduz a tomar o sistema como um todo

$$E_{1 \times u} P_{u+u} = R \Theta_{1 \times u} P_{u+u}$$

onde a matriz $E_{1 \times n}$ indica os montantes setoriais de produtos acima do gasto corrente ($\Theta_{1 \times n}$). Portanto, o valor do produto excedente é proporcional ao custo de produção, aqui entendido como o total de produtos de subsistência transferidos intersectorialmente.

Voltando à equação acima do preço absoluto (ou do preço relativo, já que formalmente são as mesmas) poderemos escrever dado que o valor do produto iguala o trabalho utilizado à sua produção

$$(I, R) \Theta_{u+u} P_{u+u} = (I, R) B_{u+u} L_{u+u}$$

ou

$$\Theta_{u+u} P_{u+u} = \Theta_{u+u} G_{u+u}^{-1} L_{u+u}$$

e, finalmente

$$P_{u+u} = G_{u+u}^{-1} L_{u+u}$$

isto é, nestas novas circunstâncias o preço dos produtos igualam-se ao trabalho unitário que os produziu, como também os preços relativos serão dados por uma proporcionalidade com o preço da mercadoria tomada como numerário, donde

$$w_{u+u} = L_{u+u}$$

equação primeira da qual partimos.

10. Fecha-se assim o círculo. A independência dos tra

balhos envolvidos setorialmente - independência enquanto técnica de produção - não se vê incompatibilizada com sua distribuição entre os setores em virtude de que aquilo que não é distribuído aparece como excedente que expressa os excedentes dos vários produtos em relação àquilo que foi consumido. Ademais, a equação da taxa de excedente em relação ao custo de produção, anteriormente explicitada, nos mostra a dupla dependência entre preços e taxa de excedente, sejam absolutos, isto é, em termos de trabalho unitário, sejam relativos; fixado um, o outro se determina e vice-versa. Da mesma forma a equação da taxa de excedente em termos do trabalho distribuído envolve uma dupla determinação: fixado esta taxa surge o trabalho excedente ou fixado este determina-se aquela. Contudo, um trabalho excedente surge - ou um produto excedente surge também - sempre que o produto final não seja integralmente distribuído entre os setores; portanto, surge com a modificação dos parâmetros de distribuição do produto total entre os diversos setores ou, o que é o mesmo, com a modificação dos parâmetros tecnológicos do sistema.

A anterioridade dos trabalhos produtores em relação à taxa de excedente - pois são quantidades fixadas pelas necessidades produtivas - e a anterioridade desta, do ponto de vista de cálculo, frente à fixação daqueles se resolve pela modificação, então, dos parâmetros distributivos. O valor do produto ao ser dado pela quantidade de trabalho que o produziu põe-na como uma variável indeterminada, isto é, de determinação exógena enquanto que sua distribuição entre os vã

rios setores põe-na como variável endôgena, isto é, como uma variável determinada na internalidade da descrição do sistema produtivo. Enquanto variável exôgena os preços absolutos seriam fixados pela adequação do nível da produção à quantidade de trabalho; enquanto variável endôgena se adequariam ao nível do trabalho unitário e às necessidades da circulação, entendido como necessidade de realização do produto. Aparentemente o círculo é vicioso.

E, de fato é. Retornemos ao princípio: partimos da identificação (transnomação) entre o valor do produto e a quantidade de trabalho que o gerou, da mesma forma que identificou-se - transnominou-se - os preços com os trabalhos unitários de cada produto; o que se fez em realidade foi, não obstante o rigor formal, identificar termos que, para poderem ter vida conceitual, se diferenciam em si mesmos. Dois conjuntos de números de magnitudes distintas, isto é, representantes de realidades conceituais distintas, ao se identificarem, embora sob representações distintas, anulam suas diferenças algébricas expressadas pelas distintas estruturas algébricas a que pertencem; um conjunto de números define quantitativamente um conceito não pelos números que contém mas sim pela estrutura atribuída a este conjunto - pelas propriedades operacionais que se atribuem a tais números. Ora, se o valor do produto é dado pela quantidade de trabalho que o produzia, iguala-se a esta quantidade não só numericamente como também estruturalmente, isto é, pelas propriedades algébricas que se atribui à quantidade de trabalho. Da mesma forma, se o preço do produto é dado pela quantidade unitária de tra

balho que o produziu, desta quantidade não se diferencia se quer, conceitualmente. O trabalho teórico, então, o trabalho de construir os conceitos hábeis a explicar certa dimensão do real consiste em encontrar as semelhanças e em firmar os si nônimos.

11. A dificuldade em si não é de Bortkiewickz, mas de Ricardo a quem procura defender galhardamente. Ricardo em princípio aceita a análise de Smith que nos estados primei ros da sociedade foi o trabalho a medida original do inter câmbio das mercadorias porém corrigindo-o na medida em que a "medida normal/do valor relativo seria/ não a quantidade de trabalho empregada na produção de qualquer objeto mas sim a quantidade que pode exercer sua capacidade aquisitiva no mer cado (23). Pois se, de fato, é o trabalho produtor medida do valor das mercadorias, se serão elas mais ou menos valiosas, de acôrd^o com a quantidade de trabalho que as produziu, esta rão seus valores atados ou fixados à mercadoria que serve co mo unidade de medida de sua valoração pois "quando a mercado ria A é levada ao mercado capitalista adquire trabalho em dois sentidos: 1) porque há trabalho nas mercadorias que A adquire; 2) porque A se troca diretamente (...) com trabalho" (24). Portanto, a equação do valor do produto

$$W_{u,1} = L_{u,1}$$

surge com uma dupla significação: o valor do produto é igual ao trabalho que a produziu e será igual ao trabalho que a produzirá.

Retorna-se, então, subrepticamente a uma teoria smi

te custo de produção ou na soma deste com o excedente que cada setor é capaz de produzir, ou seja, na quantidade de trabalho que produzirá as mercadorias, na quantidade de produtos que serão produzidos.

Há, portanto, uma adequação do quantum de trabalho gasto em cada setor bem como uma adequação do montante de produtos existentes que se faz pela intercambialidade ou dos trabalhos ou dos produtos - que se faz pela interdependência dos setores produtores, pela conexão da massa de produtos finais com a massa dos produtos insumidos. É bem verdade que o tanto produzido em cada setor tem ou pode ter certa independência em relação aos demais quanto à potência dos métodos produtivos; também é verdade que não se forma uma cadeia de causalidade necessária entre a circulação e a produção no sentido de que todo o monto de mercadorias intercambiadas ao final do período de circulação acabem por serem consumidas: o movimento solidário das troças rompe-se sempre e quando o que é intercambiado não se traduza no que é produzido. O excedente surge sempre que um setor seja capaz de lançar à circulação produtos numa quantidade superior ao que foi insumido pelos demais e, quando isto ocorre, o custo de produção torna-se menor que o valor do produto numa proporção ditada pela taxa de excedente por unidade de produto. Contudo, em virtude da independência da produção frente à circulação ou da independência dos trabalhos necessários à produção dos trabalhos compatíveis com a circulação surge a possibilidade de um tanto de valor excedente que está além, quanto à sua determinação, da relação existente entre trabalho distribuído e tra

thiana do valor enquanto capacidade de comandar ou demandar trabalho que os possuidores das mercadorias possam ter. "Nas etapas iniciais da sociedade o valor dos bens, ou a regra que determina que quantidade de um deve dar-se em troca de outro, depende quase exclusivamente da quantidade de trabalho empregada em cada um (25). O caçador entrega ao pescador tantos cervos por pe~~saco~~ por seuⁿ o valor das mercadorias dado pelo trabalho que as produziu e, em última instância, a realização deste valor - a obtenção por meio da troca de trabalhos outros - estará limitado e determinado pela quantidade de trabalho outros - estará limitado e determinado pela quantidade de trabalho existente na sociedade ou pela quantidade de mercadorias existentes num dado intervalo de tempo; em outros termos, o trabalho produtor que dimensiona o valor das mercadorias totaliza os trabalhos demandados ou as mercadorias demandadas. Desta forma, o que aparece determinado de antemão, exogenamente, se transmuta a uma determinação endógena de modo que o trabalho produtor possa se igualar ao demandado (26). E como as quantidades demandadas de produtos esgotam o valor das mercadorias intercambiadas, embora seu montante defina-se pela potencialidade dos métodos produtivos, elas mesmas estão atadas por laços de solidariedade que o intercâmbio, a circulação, estabelece. As mercadorias se intercambiam pois custam trabalho e se igualam na equação de trocas por terem o mesmo custo - a mesma quantidade de trabalho gasta no processo produtivo; como o custo de produção compõe-se do valor de mercadorias outras que não aquela produzida por um dado setor, o valor do produto setorial resolve-se nes

balho presente.

12. Já vimos que a quantidade de trabalho que se ade qua à circulação, sempre entendida como a realização constan te dos produtos lançados ao mercado, é dada pela equação

$$\{ I_{u,vu} - (1+R) B_{u,vu} \} L_{u,v} = \phi$$

que satisfaz a igualdade

$$I_{1,vu} \{ I_{u,vu} - (1+R) B_{u,vu} \} L_{u,v} = 0$$

que nos permite deduzir que

$$(1+R) = \frac{1}{\beta}$$

onde

$$\beta L = I_{1,vu} B_{u,vu} h_{u,v} < L$$

Desta forma a taxa de excedente é dada pela razão entre o trabalho distribuído e não distribuído, no sentido que con temporaneamente à produção não foi alocado entre os setores produtivos. Demonstra-se facilmente que

$$R = 0 \Leftrightarrow F_{u,v} = \phi$$

Portanto, dado o trabalho total, a proporção distribui da entre os setores e as proporções pelas quais as mercado rias são distribuídas setorialmente determina-se a taxa de lucros. A inversa não se cumpre entretanto: demonstra-se (27) que na equação acima existe uma, e uma única, taxa de exce dente que a satisfaz. Desta forma, se conceitualmente refere -se o vetor $L_{n \times 1}$, aos trabalhos produtores e não às quantida des de trabalho compatíveis com a circulação, de acôrdo com determinado padrão de distribuição da massa de produtos, sur ge sempre a possibilidade de uma desigualdade equacional que pode ser recuperada se a pormos na forma

$$\{ I_{u,vu} - (1+R) B_{u,vu} \} L_{u,v} = Y_{u,v} L_{u,v}$$

Em outros termos: fixada a taxa de excedente exógenamente, fi xando-se desde antes a distribuição setorial do trabalho to tal, uma proporção ao momento ainda indeterminada, do traba lho não distribuído compõe-se com aquele outro para somar o trabalho total. Desde logo, o trabalho não distribuído com põe-se desta nova parte e de outra, proporcional pela taxa de excedente ao trabalho distribuído; ou seja, o trabalho não distribuído pode ser posto na formulação

$$(1 - \beta) L = I_{1,2} + Y_{1,2} L_{1,2} + \alpha \beta L$$

ou

$$(1 - \beta) L = \beta L + \alpha \beta L$$

Antes o trabalho não distribuído resolvia-se numa pro porção invariante do trabalho distribuído - intencambiado - o que desembocava na determinação do valor do produto (na quantidade de trabalho) pelo custo de produção, decomposto nu ma parte intercambiada e em outra cujo intercâmbio não se dá contemporaneamente ao processo produtivo ou, melhor, contem poraneamente ao período de produção. Agora o trabalho não dis tribuído não se resolve somente num montante determinado exo neamente, aparecendo, então, como taxa de acumulação virtual (28) e aquela outra como potencial ou máxima. Se R, antes, era dado pela razão entre o valor do produto excedente e o custo de produção, agora, r, ao contrário, será ditada por uma transformação proporcional da taxa máxima; se antes era R a máxima taxa possível com a qual se poderia acumular trá balho - ou meios de produção necessários à reprodução, que se confundem com os meios de consumo necessários à sobrevi vência -, r é agora a máxima taxa de acumulação supondo que

os meios de consumo não se vinculem de modo imediato às ne
cessidades reais de produção.

13. De qualquer modo, nestas novas circunstâncias ana
líticas, demonstra-se (29) que

$$Y_{ura} = \{ (1+\alpha) E_{ura} - \alpha Q_{ura} \} Q_{ura}^t$$

e que o valor do produto reduz-se ao trabalho que o produziu:

$$W_{ura} = L_{ura}$$

que está dado de antemão, por um lado, e contradita-se com a
possibilidade de sua circulação, de outro. Surge, contudo, a
questão de se determinar o status conceitual desta nova quan-
tidade de trabalho pois se antes, por hipótese, supunha-se o
trabalho produtor um trabalho coletador - uma relação imedia-
ta entre homem e natureza - o trabalho tinha seu sentido ime-
diatamente dado. Agora, embora o valor do produto reduza-se,
em última instância a trabalho, seu sentido adjetivado encon
tra-se indeterminado e urge, portanto, ~~em~~ fixá-lo. De fato,
partimos do "estado rude e primitivo" em que se encontrava o
homem: estórias sobre a história a parte, o trabalho produ-
tor que se explicita nas mercadorias é dado por uma fração
do trabalho total necessário a produzi-la, uma fração que des-
conta aquela parte não diretamente vinculada à produção do
bem mercadoria; contudo, seu valor soma a parte direta e in-
direta do trabalho produtor, isto é, para um setor determina-
do

$$w_c = \sum_i \beta_{c-i} L_{(t-i)}$$

e também

$$w_c = \sum_i L_{(t-i)} = L_c$$

Como os trabalhos antepassados podem ser postos como uma fração do trabalho atual poderemos escrever que

$$w_i = L_i + (1 + R) \cdot L_i$$

onde \underline{s} está determinada pelo custo-trabalho necessário a produzir as mercadorias que entram diretamente na confecção do produto final; mas como este custo-trabalho depende do valor (da quantidade de trabalho) de todas as mercadorias que indiretamente entram no processo produtivo, \underline{s} se fixa como uma fração do trabalho distribuído (30). Não é necessário repetir novamente toda a demarcação - que não se diferencia da anterior - de determinação do valor das mercadorias; basta enfatizar que, se o tempo do trabalho produtor está dado de antemão, \underline{s} dele depende, e uma vez fixado determinará o tempo de trabalho produtor: a mesma contradição anteriormente apontada.

Se antes não ficou claro, agora se explicita o papel da taxa de excedente \underline{R} como taxa de acumulação: na medida em que o trabalho produtivo não se envolva diretamente na produção, uma sua parte pode ser acumulada que será maior ou menor conforme \underline{s} , a parte necessária do trabalho total, seja menor ou maior. Na medida em que reduza a parte necessária dos trabalhos produtores e que não seja acompanhada por um aumento proporcional da taxa de acumulação surge então a possibilidade de explicitar a relação existente entre taxa de acumulação e trabalhos necessários e não necessários. De fato, o trabalho necessário é a soma da distribuição temporal ou intersetorial dos trabalhos outros que não voltados diretamente ao produto setorial; ou seja, o trabalho não distribuído é o

trabalho não imediatamente necessário à produção dos meios necessários à produção - é a fração do trabalho atual não utilizada no processo produtivo de forma direta. Podemos escrever portanto a equação anterior na forma

$$w_c = h_c = w L_c + (1-s) L_c$$

onde o trabalho vivo se relaciona com o trabalho total pela proporção $(1 - s)$. Logo,

$$s = R(1-w)$$

Recomeçamos. Ao ser dada a taxa de excedente exogenamente, o valor do produto, a sua quantidade de trabalho, não se resolve mais em seu custo e em uma sobrevalorização, pois parte do trabalho atual - não distribuído - se torna desnecessária à produção, em virtude de que a acumulação se dá mais em sua máxima potencialidade; surge então a possibilidade de se expressar o valor de excedente de um modo não imediatamente dado pela taxa de excedente ou de acumulação potencial, suposta uniforme em todo sistema de produção. É-nos permitido por a equação de distribuição dos trabalhos setoriais ou a equação do valor do produto na forma

$$(1+s) B_{uv} h_{uv} + L_{uv}^* = L_{uv}$$

onde

$$Y_{uv} h_{uv} = L_{uv}^*$$

A soma das componentes deste vetor, já vimos, pode ser posta igual a

$$\left\{ 1 - (1+s) \beta \right\} L$$

ou por virtude de algumas passagens algébricas simples

$$L^* = w L_N$$

onde (w) representa a proporção do trabalho não distribuído (L_N) que se iguala àquela sua parte não usada diretamente na acumulação (L^*); estas mesmas passagens algébricas permitem escrever que

$$a = R(1, w) \quad (31)$$

Fazendo

$$L_{u,1}^* = w L_{N,u,1}$$

obtemos as equações de Sraffa expressas ou em termos de trabalhos ou de preços - trabalhos unitários

$$(1+\lambda) E_{u,v} L_{u,v} + w L_{N,u,v} = L_{u,v}$$

$$(1+\lambda) E_{u,v} P_{u,v} + w L_{N,u,v} = L_{u,v}$$

de tal modo que se $w = 1$ os têrmos de trabalho aparecem explicitamente.

Antes pusemos explicitamente na equação de valor de uma mercadoria um têrmo que se reduzia a uma certa proporção w do trabalho vivo; agora, aparece como uma certa proporção do trabalho não distribuído. É porque, de fato, ambos conceitos se confundem: não importa que adjetivos se lhes dê sempre ter-se-ã

$$L_N = L_V = E_{i,v} P_{u,v}$$

o trabalho vivo aparece como trabalho não distribuído na medida que iguala-se ao valor do produto excedente, isto é, o valor deste produto resolve-se na massa de trabalho que consegue comandar. O monto total de mercadorias produzidas correlaciona-se diretamente com o trabalho total gasto em produzi-las, o monto de mercadorias insumidas com o trabalho distribuído e o produto excedente com o trabalho não distribuído

do, ou seja trabalho vivo pois será consumido produtiva ou improdutivamente, não contemporaneamente com o processo produtivo atual. Este transferirá então ao produto um valor na proporção da parte do valor do produto excedente que não se envolva na acumulação do sistema.

14. E a questão se resolve: o trabalho que antes tinha um sentido delimitado de trabalho vivo, de trabalho imediatamente produtor que expressava não o valor do produto excedente mas sim o valor do produto total, agora surge como trabalho acumulado, como a soma de trabalhos vivos produtores de bens que não se transfiguram na forma de mercadorias. Não importa que tais bens necessários à produção do produto final sejam produzidos por vários ou mesmo por todos os setores pois o que determina o trabalho acumulado não é o valor com que uma mercadoria chega ao mercado mas as necessidades técnicas - os coeficientes técnicos - de produtos de uns setores pelos demais. Enfim, define-se trabalho acumulado pela composição, de suas partes que por sua vez estão fixadas pela matriz de coeficientes técnicos ou pela matriz de distribuição do trabalho total entre os setores. Matematicamente falando, expressa-se - ou transforma-se - trabalhos em trabalhos; mas para que isto seja possível há que se fixar um trabalho produtor como medida dos demais ou os trabalhos excedentes vários como medida do trabalho acumulado. Da mesma forma que se cristaliza na equação de preços uma mercadoria como número, como medida de valor, pois se expressa preços em preços.

15. Se for esta a questão real basta simplesmente in

verter a demarche de estabelecimento do preço de uma mercadoria. Partimos - ou Bortkiewicz (lendo-nos Dmitriev) e Sraffa partiram - da expressão do preço de uma mercadoria nos preços que a produziram de modo que preços não tinha aonde medir-se a não ser ~~por~~^{em} si mesmos; um caminho aparentemente crítico a este anterior seria expressar os preços por meio d'algo essencialmente diferente de si mesmo, por exemplo, o trabalho construindo uma equação de preços na forma

$$\{I_{Uru} - A_{Uru}\} P_{Uru} = L_{Uru}$$

donde

$$\sum Uru P_{Uru} + L_{Uru} = \sum Uru P_{Uru}$$

32

"Ultimamente vem se estabelecendo uma certa confusão na literatura neo-marxista sobre o sentido da demarche sraffiana, tomada como uma volta, não só ao clássico (especificamente a Ricardo) senão também a Marx. Essa pretensão tem sido manifestada pelos mais ilustres representantes desta corrente de pensamento, entre os quais se incluem, por exemplo, Maurice Dobb e Ronald Meek (33). De fato, tal demarche encontra no valor das mercadorias a aplicação "dos preços de equilíbrio das mercadorias (ou valores de troca) em torno dos quais flutuam os preços reais /como também a criação/ de agregadores, ou pesos de agregação,* um vasto número de indústrias (ou setores primitivos) são agregados em um pequeno número de "departamentos"" (34).

Neste contexto que as equações acima expressam, valor não pode ter outro significado que tempo de trabalho abstrato isto porque de acôrdo com Alfredo Medio (acertando na conceptualização porém errando nas conclusões), "trabalho abstrato

* Vide Errata pág. 53.

to é, por definição, a substância do valor /e portanto/ valor é naturalmente medido em termos de trabalho abstrato"(35); não se apercebe contudo, que se o tempo de trabalho é tanto a substância do valor como sua medida dêle não difere nem conceitualmente nem métricamente. Obviamente, é um fato natural pois há séculos o maná não se nos oferece, o trabalho é condição necessária da produção como forma específica, concreta, de elaboração dos produtos não decorre, entretanto, nem por um átimo que deva o trabalho em sua medida natural participar do equacionamento do valor dos produtos. A menos que se se posicione com sendo a problemática do valor a problemática de sua medida. Sem embargo, como já frizamos de sobejo esta quantidade de trabalho não se determina na produção e na circulação de modo inambiguo.

Por outro lado, tal postulação procura romper estas ambiguidades; e não consegue. De fato, se a medida de valor das mercadorias for o tempo de trabalho que as produziu o termo L que preenche a diferença entre custo e valor do produto é determinado pela parte dos produtos que não entram contemporaneamente na reprodução do sistema, ou seja, pela taxa de excedente; se for o trabalho vivo que cobre o custo para igualizá-lo ao valor do produto, coloca-se-o expressando na justa medida o valor do produto excedente e o total dos produtos mede-se-os pelo "quantum de trabalho envolvido direta e indiretamente na produção". E que é o trabalho vivo então? Deste total de tempos de trabalhos diretos e indiretos a sua parte não distribuída. Fixa-se em círculos então.

Ao por o trabalho vivo entremeando o custo e o valor do

produto resolve-se, com efeito, o problema da sua medida com
patibilizada com a circulação, pois de antes é dado. Cria-
 se outros problemas, contudo. Ao serem diferentes as produti
vidades dos trabalhos diversos, terão mais valor, por terem
 mais trabalho, aqueles produtos dos setores menos produti
vos, e serão, por esta via, os setores de maior capacidade
 de acumulação. Resolve-se o problema fixando-se uma matriz
 tecnológica de antemão - vale dizer, as necessidades dos pro
dutores independentes - não obstante seja quebrada a questão
 de princípio: trabalhos iguais se intercambiam na mesma pro
porção de seus produtos; tornam-se iguais, estes trabalhos de
 potências diversas, pelo apremiamento daqueles mais produti
vos pela taxa de excedente que determinem pelo intercâmbio,
 na circulação.

16. A troca de mercadorias é a troca de equivalentes;
 as mercadorias se iguálam via preços umas com as outras. O
 preço do produto (ou seu valor de produção) é a composição
 dos gastos das demais mercadorias necessárias à produção sem
pre que se apresentem já como mercadorias.

O desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho
 humano veio acompanhado do desenvolvimento - é um fato de cons
tatação histórica que não cabe aqui especular - paralelo da
 divisão social do trabalho ou mesmo técnica, que se desenvol
veu numa divisão social do trabalho de produtores independen
tes; é neste momento que os produtores aparecem em cena como
 proprietários privados, uns frente aos outros, dos bens que
 produzem. É neste momento que os produtos, também, assumem ca

rãter outro que o dado pela sua tangibilidade corpórea - é o momento que os produtos assumem a forma de mercadoria, de produtos apropriados aptos para a troca. Ao serem os produtos do trabalho humano são bens de utilidade - utilidade que o conhecimento "pericial" pode descrever -, porém para outros. É este para Marx o ponto de partida para o entendimento conceitual da mercadoria; não são as necessidades que a definem como tal, embora sejam o suporte básico de sua existência como mercadorias e, também, como produtos, mas o que lhes é característico é serem produtos necessários apropriados, necessários aos próprios proprietários no que respeita a sua utilidade de fato. E ao existirem como mercadorias há o reconhecimento de jurê do direito aos homens delas serem proprietários.

Os produtos apresentando-se como mercadorias surgem com algo que "vale", isto é, apresentam-se como tais quando os trabalhos específicos de cada produtor individual surgem como uma fração indiferenciada do trabalho social abstrato; contrariamente a uma sociedade onde o produto dos trabalhos diferenciados apresentam-se como produtos de apropriação coletiva: aí, o intercâmbio como a redução dos trabalhos individuais aparecem como uma redução intelectual que as descobre ex post factum. Na sociedade mercantil, ou em mercantilização os produtos já são, ou vão se cristalizando como algo que vale, como valores que estão estabelecidos a despeito das necessidades dos produtores individuais. As mercadorias já são produzidas, ou vão se fixando como produto social, de necessidade social. Não é a necessidade individualizada, portanto,

que as faz mercadorias mas esta necessidade^{de} refletida, e separada, na necessidade social de produtos, na necessidade da sociedade de produtos vários. Ao contrário da sociedade de produção coletiva onde cada um consome uma fração ideal do conjunto de bens produzidos, na sociedade mercantil cada um consome uma fração efetiva do trabalho social que reflete a fração ideal do universo de mercadorias.

As frações efetivas dos trabalhos sociais consumidos refletem uma fração ideal das mercadorias consumidas pois estas refletem seu valor numa fração efetiva de uma, ou umas, mercadorias privilegiadas no processo de troca. Antes de mais nada as mercadorias são valores de troca: "para cada produtor, seu produto aparece - apenas e tão somente - como fruto de seu trabalho e como utilidade para outrem, da mesma forma que suas necessidades serão supridas pelo produto do trabalho de "outros". (...) As proporções em que as mercadorias são trocadas não estão pré-determinadas pela quantidade de trabalho gasta por um produtor ou setor produtivo isoladamente, mas, ao revés, a quantidade de trabalho que cada produtor dispense se manifesta como uma fração do trabalho total consumido pela sociedade" (36) Como? Consumindo uma fração efetiva daquela mercadoria escolhida como forma equivalencial do valor de todas as demais.

E é o duplo caráter da mercadoria, produto e valor, que a faz se apresentar perante seus produtores com uma dupla formalidade: "sua forma natural e a forma de valor" (37) ou valor de troca e como tal expressam seu valor por meio de uma outra que lhes são equivalentes. Noutros termos, escolhida

uma como equivalente geral

$$Q_{u_{j1}} \sim Q_j^v \mathcal{S}_{u_{j1}}$$

as demais m ($= n - 1$) mercadorias expressam-se relativamente seus valores de troca

$$Q_{u_{k1}} P_{u_{k1}}^r = Q_j^v \mathcal{S}_{u_{k1}}$$

ou, o que é o mesmo, seus valores relativos são dados por

$$P_{u_{k1}}^r = Q_{u_{k1}}^{-1} Q_j^v \mathcal{S}_{u_{k1}}$$

onde Q_j^v é a quantidade da mercadoria G , produzida por Y , posta em circulação, posta à venda; e o vetor $\mathcal{S}_{m \times 1}$ é a sua fração que se equivalencia com todas as demais mercadorias produzidas.

A demarche (neo-)ricardiana que anteriormente apresentamos parte da cristalização de antemão do trabalho produtor como equivalente geral, como medida de preços de todas as mercadorias, o que significa fixar a relação de intercambialidade dos produtos a uma fração da mercadoria tomada como unidade de preços ao nível da razão dos trabalhos setoriais; significa, em última instância, reduzir todas as formas de trabalhos úteis ou todos os modos de produzir as mercadorias, na sua forma mais geral, no seu tempo concreto e efetivo de produzi-las. Significa também partir da mercadoria equivalencial mais depurada de sua utilidade específica (o dinheiro como medida abstrata do tempo de trabalho socialmente necessário) e correção-la unívocamente com o tempo efetivo de produção (37); é determinar conceitualmente o dinheiro como capital, poder de compra sobre o trabalho.

A determinação da equação equivalencial, contudo, somente descobre a relação quantitativa de intercâmbio entre as

mercadorias, que já está dada independentemente, a menos que se imponha, da relação dos trabalhos dos diversos setores entre si; relação que se apresenta como uma fração do monto do produto líquido equivalencial, que não se reduz, de forma imediata, à distribuição do trabalho equivalencial entre todos os setores. Supõe sim uma distribuição, que a equação de trocas explicita, dos bens feitos mercadorias pelos setores. De fato, poderemos escrever ~~que~~ (supondo - uma hipótese desnecessária de imediato mas que posteriormente se vivificará - que o produto líquido do setor equivalencial se realize em sua totalidade) que

$$\Theta_{u,v} \bar{p}_{u,v}^r + \delta \Theta_{u,v} = Q_{u,v} \bar{p}_{u,v}^r$$

e, também

$$Q_y = \int \Theta_{y,u} \bar{p}_{u,v}^r + \Theta_{y,y} \Rightarrow Q_y^v = \int \Theta_{y,u} \bar{p}_{u,v}^r$$

onde em virtude desta hipótese

$$Q_y^v = I_{y,u} \int \Theta_{u,v}$$

Vale dizer, o produto líquido do setor produtor de equivalente geral se distribui em sua totalidade pelos demais setores. A primeira equação decompõe os gastos dos m setores no valor (relativo) de seu produto; a segunda compõe os gastos do setor produtor da mercadoria G que inclui como possibilidade, parte de seu próprio produto bruto. Por decorrência, o valor relativo de seu produto líquido compõe o insumido dos demais setores; evidentemente, o preço relativo de seu produto é igual à unidade.

As equações anteriores, por meio de simples passagens algébricas e suposta a hipótese de realização do produto G, resultam que para o sistema como um todo, são válidas as igual

dades

$$Q_{1,u} P_{u,v}^r = Q_v^r S$$

e

$$Q_{1,u} P_{u,v}^s = Q_v^s (S - 1)$$

e também

$$\underline{E_{1,u} P_{u,v}^r : Q_v^r : E_{1,u} P_{u,v}^s}$$

Estas equações implicam que

$$S = \bar{I}_{1,u} S_{u,v} > 1$$

a menos que o custo de produção seja nulo, seu limite inferior.

Alguns comentários, agora, se fazem necessários. A divisão social do trabalho ao desenvolver-se promovendo os produtores independentes em proprietários de seus produtos estabelece como única forma de relacionamento entre os indivíduos aquela dada pela relação de intercâmbio - e por isto mesmo se a denomina de relação de intercâmbio, e não relação de honogeneização de quantidades dimensionalmente díspares (como quer Morishima). "Assim que, à diferença das sociedades baseadas em vínculos de dependência pessoal, a sociedade mercantil é a universal dependência dos indivíduos a um nexo social - a troca - que se fez independentemente dêles" (38). Ademais, somente se relacionam como indivíduos socialmente colocados dentro de um contexto mercantil se os produtos que lhes pertencem se realizam como mercadorias, como produtos de necessidade social. Neste sentido a relação de trocas é uma relação social já dada aos indivíduos; não é o intercruze de um quantum de mercadorias que já são de antemão valor.

/Ao início/ a proporção quantitativa pela qual se tro

* vide errata pág. 53

cam é algo absolutamente fortuíto. O que as faz suscetíveis, de serem cambiadas é o ato de vontade pelo qual seus possuidores decidem alinhá-las mutuamente. Não obstante, a necessidade de objetos úteis alheios vai se arraigando pouco a pouco. Pela constância o intercâmbio se converte num processo social periódico." (...) o valor de uso se divorcia de seu valor de troca" (39). E o limite desta conversão da forma natural dos produtos na sua forma social de mercadorias encontra-se nos produtos mesmos: a mercadoria é um conceito mais abstrato do que os produtos (um conceito de generalidade) que a suportam, porém abstração que deles não pode desglosar-se, sob pena de não ter, enquanto conceito, onde firmar-se. Se, por outro lado, a mercadoria que assume, na equação de trocas, a posição relativa é essencialmente valor - pura, de seu proprietário, vontade de intercambiar-se - a outra que assume a forma equivalencial, é " a possibilidade de trocar-se diretamente por outra mercadoria" e prende-se, portanto, à sua qualidade de uso humano, à sua existência corpórea. Porém, na equação anterior do valor relativo do produto social vimos já que a função deste produto equivalencial que se iguala aquele outro é maior que a unidade (fração imprópria!). Ora, como é possível circular mais mercadoria equivalencial do que aquela existente de fato? Peregrina questão.

Ao ser aquela mercadoria equivalencial uma "possibilidade de trocar-se", limita pela sua máxima quantidade o valor relativo do produto, seja ela uma mercadoria qualquer ou o trabalho humano que ao sê-lo, descobrem os neo-marxistas, iguala-se ao produto excedente (a equação sublinhada) (40). A tensão existente, permanente, entre a utilidade especial

que atende a necessidades concretas e a utilidade abstrata, no sentido que está além da corporeidade da mercadoria equivalencial, que a supõe como medida de valor cria a possibilidade (efetividade, se pensarmos historicamente) de surgir como dinheiro. Contudo, enquanto mercadoria latu sensu demonstra-se pela impropriedade da fração que a expressa como valor equivalencial do produto social, que a equação dos valores relativos das mercadorias individuais está mal postulada. De fato, ^a consertaremos pondo

$$Q_{w,w} P_{w,r}^r + V_{w,w} \Theta_{w,r}^r = Q_{w,w} P_{w,r}^r$$

onde U_{mxm} é a parte efetivamente utilizada para consumo ou para a produção da mercadoria equivalencial, pois enquanto não se apresenta ela como dinheiro a troca somente é possível por triangulação; ou se alguns setores a consomem em sua totalidade outras deverão surgir para suprir o papel equivalencial. Entretanto, quando várias, ou mesmo uma infinidade, representam tal papel o trabalho abstrato se apresenta na mesma proporção como trabalho concreto. Ao revés, a tensão permanente entre seu uso abstrato e concreto revela a tensão permanente entre o trabalho abstrato e o trabalho concreto pois, estoriando, ao restringir-se seu consumo a alguns setores dos vários possivelmente existentes limita a possibilidade de desenvolvimento do próprio setor equivalencial.

Desta última equação obtemos que

$$Q_{w,w} P_{w,r}^r = Q_w^v \epsilon - U_{w,w} \Theta_{w,r}^r$$

donde

$$Q_{w,w} P_{w,r}^r = Q_w^v (\delta - U_{w,w} \Theta_{w,r}^r)$$

onde $\Theta_{w,r}^r$ é o vetor de distribuição do produto equivalen

cial entre os vários setores e, evidentemente, o produto do vetor de "uso" com este resultará num número menor que a unidade. Portanto

$$U_{1,u} \cdot \theta_{u,x} \leq \xi \leq 1$$

pois os preços são quantidades positivas. Também obteremos que

$$E_{1,u} \cdot \theta_{u,x} = U_{1,u} \cdot \theta_{u,x} \Rightarrow$$

$$U_{1,u} = \theta_{1,u} \cdot \xi_{u,x}$$

Se, por outro lado

$$U_{1,u} = \phi \Rightarrow \theta_{1,u} = \phi \text{ ou } \xi_{u,x} = \phi$$

Evidentemente que nestas circunstâncias quando o equivalente geral torna-se a expressão de valor por excelência das mercadorias - isto é, dinheiro - quando sua utilidade é dada por sua capacidade de ser meio de circulação, o vetor ξ_{mx1} não poderá ser não teriam onde expressar seu valor as mercadorias. O que ocorre é que o dinheiro como equivalente geral se desglos de "suas condições de produção"; isto é, seu custo expressado pelo vetor θ_{1xm} idealmente e socialmente, se anula. Fato que nos permite escrever

$$\theta_{u,x} \cdot \xi_{u,x} + E_{u,x} \cdot \xi_{u,x} = Q_{u,x} \cdot \xi_{u,x}$$

ou, o que dá no mesmo

$$\theta_{u,x} \cdot \xi_{u,x} = Q'_{u,x} \cdot \xi_{u,x}$$

onde E_{nx1} representa o preço em dinheiro das mercadorias. Se compararmos estas equações com aquelas de Sraffa discutidas, no parágrafo 9 veremos que são as mesmas, formalmente falando, porém com uma única diferença: "quando entra em circulação como dinheiro o ouro já tem um valor dado" (4). Também,

quando o equivalente geral torna-se mercadoria a sua fração que soma os preços das mercadorias torna-se puramente ideal; de fração torna-se em velocidade de circulação do dinheiro, que não se restringe a nenhum nível ademais daquele ditado pelas condições específicas da circulação das mercadorias. Ao solucionar, porém, o "fetiche" do dinheiro cria-se, sem embargo, a questão da determinação de seu valor como de sua entrada em circulação, pois não será de um modo qual deus ex machina.

17. As transformações do dinheiro em capital hão de ser investigadas à base das leis imanentes da troca de mercadorias, tomando, portanto, como ponto de partida a troca de equivalentes. Nosso possuidor de dinheiro que, pelo momento, não é mais que uma larva de capitalista, têm necessariamente comprar as mercadorias pelo que valem e vendê-las por seu valor, e, sem embargo, retirar ao final deste processo mais valor do que inverteu. Sua metamorfose em mariposa tem que operar-se na órbita da circulação e fora dela ao mesmo tempo. Tais são as condições do problema. Hic Rhodus, hic salta (42).

//A característica básica do modo de produção capitalista, à diferença da sociedade mercantil, está no fato em introduzir uma nova mercadoria à circulação sem subverter as bases da sociedade que supera. E esta mercadoria é a força de trabalho que, para existir, dentro de uma sociedade de produtores privados deve surgir desapropriada. Somente pelo fato de não ter meios de produzir sua sobrevivência que necessariamente, pode aparecer como mercadoria. Evidentemente que este novo

modo de produzir não surgiu do anterior ex-abrupto, mas por um processo lento e descontínuo que a história detalha, porém não cabendo aqui entrar em maiores divagações, sobre isto. Basta ficar com tal postulado básico de existência da sociedade capitalista, e que em sua anterioridade pode aparecer a força de trabalho como mercadoria nas franjas da sociedade mercantil, sem que, por isso, perca seu caráter.

Ao se fazer mercadoria passa ter como qualquer outra a força de trabalho um preço medido em termos da mercadoria tomada como equivalente geral ou um preço medido em dinheiro. Como a composição dos gastos de uma mercadoria compõe o valor relativo do produto, a força de trabalho quando existente entra "no mesmo pé de igualdade" que as demais mercadorias que conformam este valor. Vale dizer, ao ter um preço a força de trabalho poderemos escrever que

$$L \text{ } \xi_T = D \text{ } \xi_T$$

e

$$Q_{u,u} \xi_{u,u} + L_{u,u} \xi_T = Q_{u,u}^v \xi_{u,u}$$

onde ξ_T é o preço-dinheiro da força de trabalho e ξ_T é fração do dinheiro (D) que compõe seu preço; da mesma forma que para qualquer outra mercadoria.

É evidente que nestas equações ao por explicitamente, já que surge como mercadoria, o trabalho produtor, o vetor das quantidades vendidas muda de interpretação. De fato, nestas circunstâncias o produto "não vendido" descontada aquela parte necessária a comprar a força de trabalho.

De fato

$$\sum \mathcal{G}_i = w \sum E_{u_i} \mathcal{G}_{u_i}$$

onde

$$w < 1$$

E isto ocorre pois a compra da força de trabalho não é compra imediata dos produtos que compõem este preço. De mais a mais, tal diferença ocorre não pela nova especificidade equacional dada pela existência da força de trabalho como mercadoria, mas, ao contrário, pela própria existência do dinheiro que rompe a identidade equacional entre compra e venda. Uma compra já não é mais, quando entra em cena o dinheiro, imediatamente uma venda. Portanto, a igualdade anterior passa a ser, em realidade, uma igualdade possível, não de fato.

Como vimos no parágrafo 16 o produto equivalencial distribuído entre os setores não entra em sua totalidade no valor relativo do produto setorial pois parte é utilizada na triangulação das trocas. E desta forma, há um "custo de uso" desta mercadoria equivalencial que não está ditada pelas necessidades produtivas ou de consumo. Do modo que se estabelece o intercâmbio, a triangulação das trocas, haverá tantas matrizes $U_{n \times n}$ possíveis. Contudo, "cada capitalista que procura emprego proveitoso para seus fundos, tomará naturalmente em conta todas as vantagens que caracterizam uma ocupação com respeito a outra" (43). Em outros termos, ao mesmo tempo que há um custo de uso para cada capitalista, para todos há uma ganância de não se usar o produto equivalencial; à medida em que a mercadoria equivalencial é poder de compra generalizado; as possibilidades de acumulação de cada setor passam a depender da maior quantidade apropriada de equivalente geral (o capitalista "sempre recorre a /este/ capital flotan

te em quantidade maior ou menor, segundo a demanda de seus produtos" (44)). O processo concorrencial vem, então, à tona para explicar, primeiro, a redução deste custo a um nível invariante e, segundo, para determinar o estabelecimento de uma taxa de lucro médio sobre o capital. Portanto, as equações do valor do produto em termos do equivalente geral feito dinheiro (Sraffa muito bem explica a identidade feita nos Principes, entre o dinheiro e qualquer mercadoria) se reescrevem na forma

$$(1+r) \sum_{i=1}^n \theta_{i1} p_{i1} + v \sum_{i=1}^n \theta_{i1} p_{i1} = \sum_{i=1}^n \theta_{i1} p_{i1}$$

e se é o trabalho equivalente geral, podemos escrever que

$$(1+r) \sum_{i=1}^n \theta_{i1} p_{i1} + v L_{i1} = \sum_{i=1}^n \theta_{i1} p_{i1}$$

Como vimos anteriormente a distribuição do produto equivalencial conforma o excedente do sistema, aquela parte que se dirige ao setor equivalencial; se for o trabalho o produto que mede o valor dos produtos poderemos escrever que

$$v L = w \sum_{i=1}^n \theta_{i1} p_{i1}$$

donde

$$v = w$$

De modo diferente, o lucro (e sua taxa) aparece como uma dedução do custo de (re-) produção do trabalhador. Como, supondo, é o trabalho o equivalente geral a razão de troca do trabalho é a unidade, isto é, trabalho troca-se por trabalho e, portanto, o produto do trabalho pelo produto do trabalho; quebra-se de princípio a relação entre o trabalho e o capital. Desta forma é o lucro uma dedução - ou um roubo. Ademais, existem potencialmente tantos equivalentes quantas são as mercadorias, para cada uma delas haverá uma taxa de lucro especí

fica e, cada uma delas, ao variar suas condições de produção acabam por determinar a lucratividade do sistema.

Após o aparecimento da obra de P. Sraffa surgiu uma abundante literatura, disseminada no mais das vezes pelas revistas, sobre a transformação do Sraffa ricardiano em marxista. Todos estes artigos pecam por um ponto básico (afora suas diferenças específicas quanto à fixação de um ou de outro parâmetro da equação de preços): a tal transformação se resumiria numa correção de Sraffa ao englobar o vetor de trabalhos dentro do cálculo da taxa de lucros. Sem embargo, não importa por que método, sempre reduz-se o salário à participação do trabalhador no produto excedente. Ora, se estes dois conceitos se igualizam, e não se dá conceitualmente as condições para esta igualação, não são iguais, porém idênticos, reduzindo-se ambos à mesma estatura teórica. Por outro lado, o dinheiro que não faz parte do custo de produção da circulação de mercadorias o que implica não haver limites imediatos à determinação dos preços - o dinheiro vê-se cristalizado nas equações de preços exatamente por que já há um preço determinado de antemão: o salário; e determinado este todos os demais se fixam. Salário enquanto participação da força de trabalho no produto.

Contudo, à medida em que o equivalente geral se independe de suas condições de produção, na medida em que tornar-se dinheiro já não se estabelece com uma relação unívoca é unidirecional com os produtos os quais por tal meio expressam seus valores. Por esta razão a determinação do salário não leva de modo imediato à fixação de uma participa

ção assalariada no produto gerado, como tampouco, pelo contrário, se delimita via preços o montante físico do produto gerado ou, inversamente, por este os preços.

Esta total indeterminação imediata leva novamente a surgir em cena o trabalho como produtor de valor. Certo é que para o surgimento da sociedade capitalista algumas condições na sociedade mercantil, ou em mercantilização, devem estar estabelecidas. Uma delas a anterior existência, que o capital em formação acelera, de trabalho assalariado, não proprietário de meios de produção e também, condição essencial, uma produtividade do trabalho capaz de lançar um produto superior ao custo de reprodução da força de trabalho. Retorna-se ao tempo não como medida dos valores das mercadorias mas meio pelo qual se expressa a capacidade de sobrevalorização do capital; pois se medirmos diretamente do capital exigiria fixar-se de antemão os preços das mercadorias que compõem o capital constante; e fixado os preços se determinariam por vias indiretas a capacidade do capital em sobrevalorizar-se. Também, fixando-se os preços, portanto escolhendo uma, ou uma composição de mercadorias, determina-se a taxa de lucro do sistema pela da mercadoria equivalencial rompendo-se assim o conceito de taxa de lucro média.

NOTAS

- 1) - Shaikh, A (XII); pag. 1
- 2) - Bortkiewicz, L. (II); Winternitz, J. (XV); Meek, R. (VI); Seton, F. (XI) - este autor fixa-se mais nas condições de generalidade do problema da transformação; afora os métodos de Tugan Baranowski e Ana Moscwa.
- 3) - Marx, K. (IV); vol. I, cap IV, pag. 109.
- 5) - Robinson, J. (IX)
- 6) - Bortkiewicz, L. (II); pag. 5
- 7) - cf, Marx, K. (IV)
- 8) - id.
- 9) - id. id.
- 10) - Marx, K. (IV); vol. I, cap XII, pag. 289
- 11) - Marx, K. (IV); pag. 722
- 12) - Bortkiewicz, L. (II); pag. 5
- 13) - Walras, L. (XIV)
- 14) - id.
- 15) - id. id.
- 16) - Marx, K. (IV); vol I, cap. I, pag. 27
- 17) - Walras, L. (X, IV)
- 18) - Ricardo, D. (X); cap. I, pag. 16 e nota
- 19) - id.; cap. V, pag. 80
- 20) - Sraffa, P. (XIII); pag. XXVI
- 21) - Ricardo, D. (X); pag. 5
- 22) - Sraffa, P. (XIII); cap. II
- 23) - Ricardo, P. (X); cap. I, pag. 11
- 24) - Napoleoni, C. (VIII); cap. IV, pag. 76

- 25) - Ricardo, D. (X); cap. I, pag. 10
- 26) -, Bortkiewicz, L. (II); passim
- 27) - Coutinho, L. (III); apêndice A; pag. 44
- 28) - Sraffa, P. (XIII); cap. V, pag. 56
- 29) - Somando as colunas da equação de trabalhos obtém-se uma forma bilinear positiva definida cuja matriz é diagonal, o que implica sua nulidade.
- 30) - Bortkiewicz, L. (II); passim
- 31) - Sraffa, P. (XIII); cap. IV, pag. 42
- 32) - id. id.
- 33) - Belluzzo, L.G.M. (I); cap. III, pag. 109
- 34) - Morishima, M. (VII); cap. I, pag. 10
- 35) - Medio, A. (V); pag. 320
- 36) - Belluzzo, L.G.M. (I); cap. II, pag. 50
- 37) - Marx, K. (IV); cap. I, pag. 14
- 38) - Napoleoni, C. (VIII); cap. V, pag. 102
- 39) - Marx, K. (IV); cap. II, pag. 51
- 40) - Esta é uma variante tremendamente atraente, embora sempre esteja presa à generalidade de pensamento Sraffiano
- 41) - Marx, K. (IV); cap. II, pag. 55
- 42) - Marx, K. (IV); cap. IV, pag. 120

Bibliografia.

- I - Belluzzo, L. G. M. - Um Estudo sobre a Crítica da Economia Política - Tese, mimeo
- II - Bortkiewicz, L. - Value and Price In Marxian System - International Economic Papers, nº 2, 1952
- III - Coutinho, L. - Notas sobre o Problema da Transformação - Estudos CEBRAP, nº 9, 1974
- IV - Marx, K. - El Capital - Crítica de La Economía Política - FCE, 1966
- V - Medio, A. - Profits and Surplus-Value: Appearance and Reality in Capitalist Production (1972) - in A Critique of Economic Theory; Hunt, E. K. e Schwartz, J. G. (ed.), Penguin, 1972
- VI - Meek, R. - Some Notes on the Transformation Problem - Economic Journal, março, 1956
- VII - Morishima, M. - Marxian Economics - Cambridge University Press, 1973
- VIII - Napoleoni, C. - Fisiocracia, Smith, Ricardo, Marx - Oikos Tau, 1974
- IX - Robinson, J. - La Acumulación de Capital - FCE, 1960
- X - Ricardo, D. - Princípios de Economia Política y Tributación - FCE, 1959
- XI - Seton, F. - The "Transformation Problem" - Review of Economics Studies, nº 65, 1957

- XII - Shaikh, A. - The So Called "Transformation Problem": Marx Vindicated mimeo
- XIII - Sraffa, P. - Introducción (aos Principes de Ricardo) - in X
- XIV - Walras, L. - Elements
- XV - Winternitz, I. - Value and Price: A Solution of the so Called Transformation Problem - Economic Journal, Junho, 1940.

Erratas

pág. 32 - onde se lê: "... de agregação, um vasto número..."

leia-se: "... de agregação, em termos dos quais um vasto número

pág. 39 - onde se lê: "... o intercruze de um quantum..."

leia-se: "... o intercruze de um tanto por tanto de produtos
mas de um quantum..."

pág. 42 . onde se lê: "...poderã ser não teriam..."

leia-se: "...poderã ser nulo pois, neste caso, não teriam..."